



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640174 - PA (2021/0013588-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : IASMIM RAINNER PEREIRA GALHARDO
ADVOGADO : IASMIM RAINNER PEREIRA GALHARDO - PA029039
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : CASSIO DOS SANTOS ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CASSIO DOS SANTOS ALMEIDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (*Habeas Corpus* n. 0808110-90.2020.8.14.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime descrito no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal.

A impetrante sustenta que o reeducando sofre constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo na formação da culpa, pois estaria preso há quase 2 anos.

Alega, ainda, a falta de fundamentação idônea no decreto de prisão preventiva, uma vez que o paciente já cumpre pena em modo fechado por outra condenação e a manutenção da custódia cautelar impede a progressão para o regime mais brando, não havendo que se falar em perigo à ordem pública ou risco de que empreenda fuga.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, inexistente nos autos cópia do inteiro teor do acórdão impugnado, peça processual indispensável para o deslinde da controvérsia.

Desse modo, não tendo sido demonstrada de maneira inequívoca a existência do aventado constrangimento ilegal, o presente *writ* não merece prosperar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência